

**ABERTURA**



Manuel Porto\*

Dirijo-me em primeiro lugar às duas Senhoras Secretárias de Estado, agradecendo muito a sua presença. A senhora Dra. Mariana Cascais, Secretária de Estado da Educação, felizmente tem vindo cá com frequência, acompanhando-nos e dando-nos apoio nas nossas iniciativas. A senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Teresa Caeiro, é a primeira vez que se desloca ao Conselho, sendo desejável que venha a fazê-lo muitas mais vezes.

Das palavras que quero proferir a primeira é para sublinhar a importância do tema, importância reconhecida pelas pessoas que estão aqui presentes, especialmente habilitadas para exprimirem pontos de vista a seu propósito.

Depois de épocas históricas em que assim não aconteceu e havendo infelizmente ainda muitas situações a lamentar, há hoje um reconhecimento alargado do papel da família, com especial relevo no quadro de uma instituição de prestígio e âmbito mundiais como as Nações Unidas.

Procurando sublinhar a sua importância e proporcionar uma reflexão alargada sobre o papel que deve caber-lhe, a ONU consagrou o ano de 1994 como Ano Internacional da Família. Comemorando-se agora o 10.º Aniversário desta iniciativa, os países são solicitados a fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido e a reforçar programas, medidas e políticas que reconheçam a família como núcleo essencial da sociedade em que vivemos.

Quando alguém não tem a sorte de poder ser educado no seio de uma família há que encontrar as soluções alternativas mais favoráveis, que acabam por ser de um modo geral as que se aproximam mais da criação de ambientes semelhantes ao ambiente familiar. A família é sem dúvida o quadro mais favorável para a educação das crianças e dos jovens e para a sua inserção na vida, dando por isso um contributo insubstituível, naturalmente em articulação estreita com as escolas e outras entidades, para

---

\* Presidente do Conselho Nacional de Educação

a realização plena das pessoas e para o progresso social e cultural de cada país.

Tendo sido atribuída à Dra. Margarida Neto a responsabilidade de ser a Coordenadora Nacional para os Assuntos da Família, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aceitou com o maior entusiasmo a sugestão de termos uma iniciativa conjunta neste domínio.

Como é sabido o CNE, além de corresponder às solicitações de pareceres sobre as iniciativas legislativas do Governo e da Assembleia da República, toma iniciativas próprias de várias naturezas, como são os casos da elaboração de estudos e da organização de colóquios. Podendo ser e sendo em muitos casos organizações apenas suas, tem um gosto muito especial em participar em organizações conjuntas. Assim acontece com esta parceria com a Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, tendo em conta a entidade de que se trata, bem como a circunstância de se tratar de um tema em que faz o maior sentido o empenhamento do CNE: sendo inequívoco, como se sublinhou já atrás, que a educação passa muito pelas famílias, a par e em conjugação com a responsabilidade de todos os estabelecimentos de ensino, num projecto que a todos tem de empenhar.

O programa do Seminário debruça-se naturalmente em grande medida sobre aspectos específicos das áreas em análise, da educação e da família, concretizando sugestões dos Serviços do Conselho e da Dra. Margarida Neto. Mas notar-se-á na sua elaboração a intervenção de alguém de Direito (é o meu caso), parecendo-nos importante enquadrar o debate na temática geral do papel do Estado. Estou por isso grato aos colegas juristas que aceitaram presidir e ser conferencistas em duas das sessões: na sessão sobre “A Família e a Educação no Quadro Constitucional Português” e na sessão sobre “O Sentido Actual da Intervenção do Estado”.

Compreende-se que seja em boa medida neste quadro de referência a análise de temas mais ligados à família e à educação, como são os casos da “Participação dos Pais na Vida da Escola e no Acompanhamento dos Filhos” e da “Liberdade de Opção Educativa e Formativa”, aqui com as

presidências e as intervenções de pessoas especialmente qualificadas nos domínios em análise.

Cada vez mais a escola não pode passar, para ser eficaz na sua acção, sem a participação activa das famílias, analisada na primeira destas duas sessões. Tenho um pouco essa experiência também de Bruxelas, onde tive dois filhos a estudar. Frequentavam uma escola muito bem organizada, mas era deixado às famílias um papel importante em vários domínios, mesmo em alguns que em Portugal são desempenhados pelas escolas, como é o caso, só para dar um exemplo menor, do transporte dos jovens. Mas o envolvimento das famílias deve ir bem para além disso, no acompanhamento dos alunos, em iniciativas circum-escolares e na própria organização curricular. Trata-se de uma conjugação indispensável para que a escola funcione em termos eficazes.

Por fim, creio que não podíamos fugir ao último tema, embora sabendo que é polémico: analisando o problema da “Liberdade de Opção Educativa e Formativa”.

No plano dos princípios afirmados não haverá já hoje tantas divergências, sendo um princípio consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mas a dificuldade para os Estados está, com frequência, em criar condições para que a liberdade de ensinar e aprender seja uma liberdade *para todos*, não só para os ricos como também para os pobres, para que a possibilidade de estes últimos frequentarem as escolas privadas, caso o desejem, não seja apenas uma miragem.

Há ideias feitas que dificilmente são ultrapassadas: de presença pública avassaladora, vindas em grande medida do Estado Novo. Era assim no meu tempo de estudante, quando eram públicos todos os estabelecimentos de ensino superior e os liceus, sendo o ensino privado frequentado quase apenas por alunos com a necessidade de internamento (caso dos filhos de emigrantes) e por alunos que não tinham êxito nos liceus.

Não tenho razão de queixa, tendo frequentado uma escola pública de grande nível, servida por excelentes professores. Mas nos nossos dias não podemos fechar os olhos aos *rankings* das escolas secundárias, feitos separadamente por dois reputados órgãos de informação: com várias escolas privadas a estar sempre nos primeiros lugares. Sendo enorme o benefício social proporcionado pelo seu ensino de alta qualidade, o mínimo de preocupação com quem é mais pobre e o interesse geral do País exigem que o Estado dê meios para que ninguém deixe de a elas ter acesso por razões económicas.

Estou especialmente à vontade para defender esta posição, estando à frente de uma escola pública. Com esta responsabilidade, sentida por todos os que nela trabalham, queremos ser naturalmente os melhores, mas com a possibilidade de concorrência, designadamente sem que os nossos alunos nos procurem porque pagam muito menos do que nas demais (pela positiva, por nos reconhecerem mérito).

É hoje reconhecido que uma sociedade é mais rica com o alívio de fundos públicos para acções em que não pode deixar de ser o Estado a intervir e principalmente com a participação imaginativa e empenhada das diferentes forças sociais, com diferentes projectos educativos. Caberá sempre ao Estado uma indispensável tarefa de regulação, defendendo assim, com o alívio correcto dos contribuintes, a generalidade dos cidadãos.

As últimas palavras são naturalmente de agradecimento aos participantes nesta sessão e a todos os que tornaram possível a organização do Seminário.

E, sem mais delongas, pedia à senhora Dra. Margarida Neto que tomasse a palavra.

Margarida Neto

Apenas umas breves palavras para cumprimentar a senhora Secretária de Estado da Educação, a senhora Secretária de Estado da Segurança Social, o senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação e o senhor Secretário-Geral do Conselho.

Desejaria sublinhar e de novo agradecer a resposta tão pronta que o Conselho Nacional de Educação deu ao desafio de colocar as relações entre família e educação como tema central de um seminário.

É verdade que este ano comemoramos o 10.º aniversário do Ano Internacional da Família, e o que propusemos ao País, às diferentes entidades, foi que fizessem, não grandes celebrações, não grandes festas, mas que se colocasse como preocupação do ano, como preocupação quase do dia-a-dia, esta mais-valia, este valor acrescentado e permanente que é a família, e é exactamente isso que estamos a fazer. Estamos aqui a relacionar o tema da família com o da educação. Creio que se os pais têm um papel insubstituível em educar os seus filhos, à escola compete o papel insubstituível de colaborar com os pais nessa mesma educação. E tentando responder a esta pergunta que este seminário comporta, *Família e Educação: Que Relação para o Futuro?*, julgo que a última frase do texto que introduz este seminário, é a resposta certa – *Família e Educação: Uma Missão Comum*. Estou absolutamente convicta que é da capacidade de pais e escolas trabalharem em parceria, que dependerá a construção de um futuro diferente. As preocupações com o défice económico são grandes, tenho que reconhecer que são importantes. Mas os défices na vida familiar, na desestruturação da família e na capacidade de educarmos os nossos filhos são, sem dúvida nenhuma, os défices mais graves e os défices que podem originar um futuro muito triste, e que não queremos.

Muito obrigada. Vou ficar aqui o dia inteiro. Vou também aprender e colaborar nalguns dos Painéis eventualmente mais polémicos, como será o da *Liberdade de Opção Educativa e Formativa*.

---

Coordenadora Nacional para os Assuntos da Família



Teresa Caeiro\*

Exmo. Senhora Secretária de Estado da Educação  
Exmo. Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação  
Exma. Senhora Coordenadora Nacional para os Assuntos da Família  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tenho muito gosto em estar aqui hoje, na sessão de abertura do Seminário *Família e Educação*, integrado nas comemorações do décimo aniversário do Ano Internacional da Família.

Uma vez mais oportuno, o Conselho Nacional de Educação convidamos a debater e a falar sobre uma temática tão relevante.

Considero que esta iniciativa, pelas razões que lhe estão subjacentes, pelas pessoas que associa e pelo momento em que ocorre, vai certamente contribuir para uma melhor identificação dos papéis que cabem a todos e a cada um no desenvolvimento da criança e no seu processo de aprendizagem ao longo da vida.

Espero que no final deste encontro tenhamos enriquecido saberes e acima de tudo delineado melhor o caminho que temos de percorrer, juntos, na construção de uma sociedade que se pretende mais responsável e mais coesa.

A família é um dos principais elementos da sociedade. O peso que a família tem no desenvolvimento das pessoas é imensurável.

Do equilíbrio da instituição familiar está dependente a estabilidade do futuro das nossas sociedades. Uma estrutura familiar forte conduz ao bem-estar dos seus membros e da sociedade em geral.

Em todas as sociedades, a família desempenha um papel fundamental. A família é um lugar de afectos e partilha, é o nosso todo, a nossa unidade

---

\* Secretária de Estado da Segurança Social

social, é a essência do saber, da competência, da idoneidade e da transmissão dos valores que nos acompanham ao longo da vida. É na família que aprendemos a praticar a igualdade e a tolerância. É ainda na família que se aprendem os modelos de responsabilidade, participação, cooperação e solidariedade, tão importantes para o nosso desenvolvimento e formação.

Por outro lado, não se pode questionar o papel que a Escola tem no processo de aprendizagem e no desenvolvimento dos saberes e aptidões de todos nós.

Hoje, cada vez mais, a escola encontra-se confrontada com novas tarefas, contribuindo de uma forma decisiva para uma melhor compreensão das mudanças que se vêm desenvolvendo na sociedade, numa era da informação e do conhecimento.

Os desafios que crescentemente se colocam nos nossos dias às famílias, decorrentes da crescente dificuldade em conciliar a actividade familiar com o cuidados dos seus filhos, da multiplicidade de formas de vida familiar existentes e das exigências do novo estatuto da criança, requerem a dinamização de serviços e de novas respostas sociais.

É neste momento que a Escola deve ser encarada como verdadeira parceira no processo educativo da criança.

A Escola é um lugar de aprendizagem. A Escola deve ser por excelência o local onde se complementam os meios para desenvolver atitudes e valores e adquirir competências. Família e Escola são um dos pilares do desenvolvimento do ser humano.

A Escola desempenha um papel fundamental em todo o processo de formação de cidadãos aptos para viverem em sociedade, tendo um papel determinante na formação de atitudes, no desenvolvimento da autonomia e no estímulo do rigor intelectual.

É fundamental incentivar a relação Família/Escola. Para que tal ocorra é necessário que se construa uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte

envolvida tenha oportunidade de falar, analisar e partilhar, permitindo uma efectiva troca de saberes e experiências.

Importa aqui referir que o Programa do XV Governo Constitucional assume como um dos seus compromissos prioritários “(...) *cooperar, apoiar e estimular o desenvolvimento pleno das funções específicas das famílias, não devendo, substituí-las, todavia, no que lhes é e deve ser próprio*”.

Concretamente no que respeita à relação Família/Educação e Formação gostaria de realçar um conjunto de decisões tomadas por este Governo cuja concretização irá cimentar a ligação já existente.

Efectivamente, no âmbito dos 100 compromissos para uma Política de Família, o Estado assume a responsabilidade de colaborar na concretização desta parceria Escola/Família, “(...) *criando e desenvolvendo condições para combater o abandono escolar, garantir a liberdade de ensino e uma escolaridade total, reduzir o insucesso escolar e acima de tudo evitar situações de trabalho infantil ou de inserção precoce na vida activa*”.

Neste contexto importa, ainda, referir

- a adopção da Lei de Bases da Segurança Social que tem na promoção da família como núcleo natural da solidariedade geracional um dos seus princípios;
- a alteração da legislação referente à protecção de encargos familiares, prevendo nomeadamente a atribuição, aos titulares do abono de família para crianças e jovens, correspondente ao 1.º escalão de rendimentos, de idade compreendida entre 6 e 16 anos, no mês de Setembro, além do subsídio que lhes corresponde, um montante adicional de igual quantitativo para compensar as despesas com encargos escolares;
- a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Segurança Social e do Trabalho no lançamento do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar com particular destaque para o envolvimento e a interacção da família neste processo, em concreto com a criação do Programa *Pais na Escola*.

Gostaria, ainda, de destacar uma iniciativa que teve um forte impacto durante o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência que se celebrou em 2003 e que prosseguirá nos próximos anos. Trata-se de Programa “*Escola Alerta!*”, que tem por objectivo sensibilizar os jovens do Ensino Básico e do Ensino Secundário, mobilizando-os para a questão das acessibilidades, quer através do combate às barreiras arquitectónicas e outras, que dificultam as acessibilidades das pessoas com deficiência, em particular as invisuais e as afectadas por deficiência motora, quer pela procura de soluções para a eliminação das barreiras da comunicação.

Estes são exemplos de interacção positiva de construção da cidadania activa e dinâmica. Muito há certamente a fazer e o objectivo que nos propomos não pode ser alcançado sem a colaboração de todos os parceiros – Governos, Ministérios, escolas, organismos públicos, organizações não governamentais, e as famílias.

A realização desta iniciativa foi mais um passo. Podem contar com a minha total disponibilidade e empenho (e obviamente com a do Senhor Ministro da Segurança Social e do Trabalho) para que, em conjunto, possamos traçar novos projectos e novas metas para a construção de uma sociedade em que a Família e Escola façam o seu percurso lado a lado, pois a missão que têm é comum.

Mariana Cascais\*

Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, senhora Coordenadora Nacional para os Assuntos da Família, senhor Presidente e senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação, senhores convidados, senhores conselheiros e senhores participantes. Deixaram-me a mim para o fim, naturalmente por ser a mais crescida. Eu agradeço mas, de qualquer maneira, fico com uma responsabilidade maior, porque já foi dita muita coisa.

Em todo o caso, gostava de deixar aqui algumas ideias, e algumas delas prendem-se, exactamente, com as funções que desempenho neste momento. Começava por referir algo que me gera alguma angústia. Acredito que falar de educação e falar de família, quando estamos convencidos que somos detentores da verdade, quando deixamos de nos interrogar com as dúvidas que sistematicamente nos assaltam, a este respeito, estamos cada vez mais longe da verdade. E, a mim, ainda agora com a idade que tenho e já é alguma, me assusta um bocadinho fazer afirmações demasiado convictas, se quiserem, em torno de temáticas tão importantes e, no fundo, tão determinantes para aquilo que é o desenvolvimento da sociedade. E assusta-me sempre pensar num triângulo que tem a ver com a conceptualização que se pode fazer em torno da família ou em torno da educação, com a legislação que se produz em torno, quer da família, quer da educação, e com a liberdade que as famílias têm de ser aquilo que quiserem, e com a liberdade que as famílias têm de escolher a educação que querem para os seus filhos. O que quero dizer é que é quase impossível, e agora falo enquanto membro de um governo, sermos capazes de estabelecer o equilíbrio ideal entre estas três situações e entre estes três elementos. Por um lado, legislar de acordo com aquilo que é correcto, porque, para nós, é correcto e, eventualmente, acreditamos que aquilo que estamos a produzir é o melhor para as famílias, é o melhor do ponto de vista da educação das crianças, e da constituição das famílias futuras. Por outro lado, temos sempre o receio de ao exercermos a nossa própria liberdade de decidir, estarmos a colidir com a liberdade dos outros. Portanto, julgo que o nosso

---

\* Secretária de Estado da Educação

papel não é fácil, não estou com isto a desculpar-me a mim, nem sequer o senhor Ministro da Educação, nem sequer a explicar nada daquilo que tenhamos feito ou deixado de fazer, mas apenas a referir que, de cada vez que agarramos num papel e numa caneta e nos sentamos a pensar ou a conversar com alguém para ponderar determinadas decisões, elas nunca são fáceis e nunca podem ter a pretensão de serem definitivas.

Outro aspecto que gostava de deixar é que, de facto, as famílias são extremamente condicionadas: são condicionadas pela história, são condicionadas pelas religiões, são condicionadas pela cultura, são condicionadas pela política e são condicionadas pela economia. Porque a economia, de facto, condiciona-nos hoje e, quando falamos na sociedade de consumo, sabemos que há muitos problemas nas famílias que têm a ver com aquilo que a sociedade de consumo nos exige. É evidente que não vou ficar a enunciar reflexões de modo que alguém fique angustiado como eu às vezes o estou com estes problemas, e estou, se calhar, porque tenho que tomar algumas decisões, porque senão não estaria tanto. Também não vou referir as medidas que o Ministério e a Secretaria de Estado da Educação têm assumido neste contexto, porque, naturalmente, conhecem essas medidas, conhecem os diplomas; mas há três ou quatro situações que gostava de deixar para nossa reflexão conjunta. Também não vou poder ficar o dia inteiro. Normalmente, o que colhemos destas situações é sempre a parte menos interessante; é que, além de dizermos umas palavras de circunstância, depois temos que ir trabalhar noutras coisas, e aquilo que é bom, que é a parte substantiva destes encontros fica aqui dentro, e nós acabamos por nem sequer aprender aquilo que deveríamos aprender. Mas a verdade é que há algumas coisas que gostava de sublinhar em relação ao aspecto legislativo que o Ministério da Educação tem tido, directamente ligado com a família, como preocupação fundamental: tem a ver especialmente com a educação pré-escolar, com a melhoria da sua qualidade, com a cobertura cada vez maior daquilo que são as necessidades nacionais; por um lado, com a criação da possibilidade de um empréstimo prolongado de manuais às famílias mais carenciadas e, por outro lado, a implementação do programa integrado de educação e formação. Julgo que isto é essencial, julgo que é muito importante o que se está a fazer, mas julgo que cada uma destas

questões que se prendem com mais algumas daquelas que vou referir a seguir, nos têm que levantar outras questões, necessariamente.

E quando se fala, por exemplo, no papel da família em relação à sua articulação crescente com a escola, julgo que esse papel é fundamental. É fundamental em aspectos diversos que são conhecidos de todos, nomeadamente no incremento da autonomia da escola: primeiro, a família é uma célula social, mas as famílias não são iguais no país inteiro, mesmo hoje não são todas iguais. Não venho aqui para falar de famílias desestruturadas, nem sequer sei se há famílias desestruturadas; julgo que há é realidades cada vez mais complexas, realidades com o caminho cada vez mais dificultado, e realidades que cada vez tendem a adaptar-se àquilo que são as suas possibilidades de sobreviver. Portanto, não vamos apelidar as famílias disto ou daquilo, são as famílias que são e são as famílias que se calhar podem ser. Mas a verdade é que são famílias diferentes e nós não temos famílias iguais no Norte de Portugal e no Sul, não temos famílias iguais no Interior e no Litoral, não temos famílias iguais nos grandes núcleos urbanos ou nas grandes periferias desses núcleos urbanos, e isto, de facto, tem implicações extremamente importantes. Porque é fácil, de facto, sem desmerecer naturalmente aquilo que estamos a fazer aqui, falar em políticas de família; é fácil naturalmente falar em leis para a família, é fácil naturalmente falar em apoios, em suportes, falar na articulação entre a família e a escola. Mas como não temos famílias iguais também não temos escolas iguais, e não é preciso ser Secretária de Estado da Educação para percorrer o país e perceber que há escolas onde os meninos têm acesso a todas as vantagens que a sociedade hoje tem para oferecer, e há escolas onde os meninos quase que nem têm acesso à própria escola. Porque se chover não vão, porque não têm transportes, porque não há autocarros nem táxis que se atrevam a percorrer determinados caminhos. Isso ainda existe hoje no nosso país, pese embora a coragem política deste Governo ao encerrar um número muito significativo dessas escolas; mas algumas nem sequer podem ser fechadas, porque não há transporte para levar os meninos para as distâncias que eles têm que percorrer.

Portanto, o que é que eu queria? Quando nós ponderamos todas estas questões, convirá não deixar para trás a autonomia da escola, e a relação que a família tem com a escola: é verdade que há famílias que têm capacidades para se articular com a escola e ajudarem a definir, por exemplo, um projecto educativo. E por que não? O projecto educativo, do meu ponto de vista, pelo menos – isto é discutível, como é óbvio –, se calhar tem que se articular, de alguma forma, com as realidades locais, com as realidades que produziram aquela escola, porque a escola não serve as pessoas, a escola não pode ter um modelo único e universal que sirva invariavelmente a todos. Portanto, a escola tem que ter uma articulação com as comunidades, tem que ter uma articulação com as realidades culturais, históricas, patrimoniais dos diversos lugares. E isso a família, de facto, pode fazer, a família tem um papel fundamental; mas, de facto, há famílias que não são capazes de se assumirem enquanto célula estruturante da sociedade, porque elas próprias não se assumem como coisa nenhuma, não se reconhecem sequer como famílias, limitam-se a gerir as dificuldades quotidianas.

Depois há escolas onde, efectivamente, os professores vivem num estado de isolamento de tal modo grave, que a articulação mesmo hoje com os agrupamentos não é fácil; eu sei que os agrupamentos são uma medida excelente, mas nós não podemos lá estar; fizemos um decreto que implica que os agrupamentos, são verticais, no sentido de haver uma maior coerência no projecto educativo, no percurso escolar dos alunos, porque esse projecto educativo se deverá manter do início até ao fim dos doze anos de escolaridade obrigatória, mas a verdade é que às vezes fica no papel. E fica no papel porque isto não impede que haja crianças que se tenham que deslocar 30 ou 40 quilómetros para auferir de uma piscina que é do agrupamento, para auferir de um polidesportivo que é do agrupamento, para aceder a algumas coisas que na sede do agrupamento existem, mas a que nem todos têm o mesmo acesso. E isto para dizer o quê? Que, de facto, sabemos que a família tem um papel fundamental; mas, enquanto decisores, devemos ter em conta que desta parede para fora a realidade é muito mais pesada do que aquilo que parece; e reconhecer que, se calhar, teremos que chamar a nós outros ministérios, por exemplo, para que sejam connosco parceiros de um processo de desenvolvimento da educação e de desenvol-

vimento das famílias, que seja consentâneo com o Portugal que nós, efectivamente, queremos construir. Por outro lado, acho que também hoje e aqui tem algum significado aquilo que se tem vindo a pedir às famílias que façam, que venham à escola, participem na escola. Há famílias, e isso já o referi, que não têm capacidade de participar na vida da escola, que não têm capacidade de participar na sua própria vida; mas há também hoje a tendência para que as famílias entrem na escola e assumam algumas das funções e algumas das decisões que são da escola. Eu sei que está aqui o senhor Presidente da CONFAP; provavelmente, se eu ficasse cá o dia inteiro iríamos ter algum debate de ideias; julgo que as famílias têm um papel importante, também tenho uma família, também sou mãe, agora até sou avó, julgo que há uma tendência nos pais que são mais informados, nas famílias que são mais informadas, nas famílias que por qualquer motivo tiveram acesso a um determinado percurso escolar, de interferirem no papel da escola, de uma forma que, por vezes, do meu ponto de vista, pelo menos, não é a mais correcta, nem a mais racional. Acho que nesta parceria fundamental da escola e da educação, há que estabelecer fronteiras muito claras entre o que é o papel da escola e o que é o papel da família. Não são iguais, não se confundem, são apenas complementares. Não faria nenhum mal a esta relação, para que ela fosse, de facto, saudável e tivesse a eficácia que nós pretendemos que ela tenha, que cada um dos dois parceiros envolvidos tivesse a clara consciência de onde é que deve parar para deixar avançar o outro. Isto, do meu ponto de vista, pelo menos, parece-me extremamente importante.

Há outro aspecto que considero importante, e que tem a ver um bocadinho com aquilo que temos vindo a trabalhar no sentido da valorização destas parcerias, no sentido do apoio às famílias, no sentido do apoio até às autarquias e aos projectos locais que se relacionam com a educação. Sendo certo que somos uma equipa no Ministério da Educação, somos três, e ainda bem, somos todos diferentes; embora tenhamos todos a mesma estratégia e a mesma política global orientada para os mesmos objectivos – por vezes os caminhos é que não são exactamente os mesmos e ainda bem que o não são –, parece-me que poderíamos pensar fazer um apelo diferente à sociedade civil, não apenas do ponto de vista das famílias, mas do ponto de

vista daquilo que a educação hoje precisa para se suportar a si própria. Quando falamos em liberdade e educação, quando falamos no cheque-educacão, – não estou agora aqui a fazer apologia nem a não fazer, nem sequer estou a discutir a possibilidade de ele vir a ser implementado –, a verdade é que deveríamos permitir que essa liberdade de opção fosse mais consistente. De facto, o Estado não tem capacidade para o fazer sozinho: por que não fazemos um esforço de maior abertura à sociedade civil e não pedimos a essa mesma sociedade que venha até nós e nos apoie? Qualquer empresário ganha em ter no país uma população mais educada, qualquer empresa é altamente beneficiada se aqueles que trabalham para ela foram mais informados, mais educados e tiverem melhor instrução. Portanto, julgo que este é um problema que não é apenas do Ministério da Educação, não é apenas nosso, não é apenas dos senhores membros do Conselho Nacional de Educação, é de todos os portugueses. E enquanto nós, de forma mais ou menos consciente, nos reservamos a sabedoria, o conhecimento, a detenção da verdade sobre estas matérias, e não nos abrimos á sociedade civil, no sentido de exigir até a sua colaboração, julgo que a educação ficará sempre como qualquer coisa para alguns privilegiados que se permitem pensar, que se permitem reflectir, que se permitem tentar reestruturar as coisas, e depois, no terreno, elas não funcionam, porque não vamos exactamente ao encontro das perguntas, das exigências e das necessidades das pessoas.

Tenho tido esta experiência em termos, por exemplo, do desporto escolar. O desporto escolar tem alguma visibilidade. Agora, se calhar, tem mais do que aquela que eu queria, mas enfim, tem visibilidade e tem sucesso, sem dúvida. Ora o desporto escolar é uma das vias fundamentais para evitar o abandono da escola, as crianças gostam de praticar desporto, o desporto dá-lhes alguma capacidade de serem mais solidárias, de saberem gerir conflitos, saberem tomar decisões, saberem estabelecer uma relação mais próxima com o outro, saberem assumir a derrota e a vitória da mesma forma, com a mesma fleuma, com a mesma naturalidade; portanto, pode ser importante. E no desporto escolar, por exemplo, nós chamamos algumas empresas, chamamos alguns privados que nos apoiam sistematicamente de cada vez que há encontros nacionais, de cada vez que há corta-matos das escolas, de cada vez que há grandes eventos; são os privados que estão a

suportá-los financeiramente. E nenhum, até hoje, me telefonou para me pedir uma contrapartida que fosse, nem sequer cartazes com os nomes das empresas. Limitam-se a que as crianças andem lá a beber as águas, os sumos, alguns com camisolas, outros sem elas, mas, de facto, ainda ninguém me pediu uma contrapartida, porque há uma consciência da própria sociedade. Julgo que a educação é que se tem afastado da sociedade – posso estar enganada, mas é apenas alguma coisa que deixo aqui para reflexão.

Além disso, gostava de referir apenas duas ou três intenções que tem o Ministério da Educação, e que também gostaria que fossem reflectidas pelos presentes, e se achassem que era importante e oportuno, nos fizessem chegar algumas dessas reflexões.

Uma das questões que se levanta e que tem sido comentada diversas vezes, tem a ver, por exemplo, com a educação sexual e com determinados aspectos da vida das crianças que consideramos fundamentais, e que se prendem directamente com a família e com a estrutura das famílias. Aqui, claramente, entendo que tem que haver liberdade de escolha, tem que haver liberdade de opção, tem de haver a colaborar com o Ministério da Educação uma série de entidades que permitam que as famílias escolham qual é o projecto que lhes interessa, qual é o projecto que pretendem para um bom desenvolvimento dos seus filhos. Julgo que estamos no bom caminho, quando pensamos que estas matérias se vão inserir numa área mais alargada, designadas pelo senhor Ministro como formação e desenvolvimento pessoal e social. Julgo que é extremamente importante, porque vai criar nos jovens uma capacidade de enfrentar o risco, de gerir o risco, de gerir situações difíceis, em que é preciso saber decidir com racionalidade, saber decidir em consciência. É uma área que está a nascer, é um projecto que está em formação. Por que é que eu falei dele aqui? Primeiro, porque acho que é fundamental para as famílias. Julgo que as famílias têm aqui um papel preponderante: querem? Não querem? Acham que é por aqui que devemos ir, ou não acham que é por aqui que devemos ir? E se, eventualmente, chegássemos à conclusão e estamos a tempo de o fazer, que as famílias entendem que este não é o caminho, estaríamos a tempo de o alterar. Julgo que é um grande contributo. Por outro lado, julgo que o contributo da

educação também é fundamental nesta matéria. Porque, o que é educar para o risco? E o que é o risco? O risco também não é igual em todas as famílias. Julgo que na minha família seria extremamente arriscado largar um filho meu com quatro ou cinco anos sozinho para atravessar uma rua. Mas há famílias onde as crianças com dois e três anos não correm nenhum risco se andam na rua, pelo menos, não assumem o andar na rua como risco nenhum, a rua é a casa deles, a rua é a educação deles, a rua é a escola deles. Portanto, até aqui as diferenças são extremamente importantes. É evidente que quando se transporta o risco para a educação se fala de outras coisas: se fala dos excessos de velocidade, se fala do tabaco e do álcool, das drogas leves ou pesadas, do que se queira, fala-se dos problemas de natureza sexual que envolvem os jovens cada vez mais. Portanto, nessa educação para o risco, julgo que poderíamos, se calhar, abarcar toda a diversidade destas matérias, toda a diversidade desta problemática. Sabemos mais ou menos o que queremos, mas precisamos de bons contributos para uma definição mais consistente.

Não vou tomar mais o vosso tempo, julgo que já estamos há tempo demasiado nesta mesa.

Gostava de agradecer a todos, gostava de dizer que queremos fazer o nosso melhor. O Conselho Nacional de Educação tem sempre um papel fundamental naquilo que o Ministério pretende fazer. O senhor Prof. Manuel Porto agradecia o facto de eu vir aqui muitas vezes. Acho que venho cá poucas vezes. Porque, apesar de eu acreditar que não está feita a ponte entre o Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação, acho que, apesar disso, precisava de vir mais vezes ao Conselho, precisava de ouvir a todos mais vezes, precisava de que nos confrontássemos mais vezes, até que discutíssemos, no verdadeiro sentido desta palavra. Como não tenho tempo de vir aqui vou deixar um desafio: quem quiser discutir connosco venha ao Ministério da Educação, é mais fácil e nós estamos lá. Há aqui três, quatro ou cinco pessoas que até têm colaborado connosco e têm aparecido, têm-nos enviado questões e temos discutido; há coisas em que acreditamos e não vemos motivos para as implementar agora... De qualquer modo, é um desafio que deixo a cada um dos presentes. Quando entenderem que não

estamos a andar bem, o local melhor para corrigirmos aquilo que estamos a fazer menos bem, é o Ministério da Educação. Portanto, é chegarem e dizerem assim: meus amigos, aqui falharam por esta ou aquela razão, e nós ou temos uma explicação, ou temos um argumento, ou não temos. E isto é trabalhar para a educação. Porque a educação tem uma dinâmica muito própria e não há verdades, ou, pelo menos, não há verdades absolutas, e a educação que serve hoje e que serve na reforma que acabámos de publicar no dia 26 de Março para o ensino secundário, possivelmente amanhã vai ter que ser reajustada a novas realidades e, se calhar, depois de amanhã também. E cabe, naturalmente, ao decisor e cabe ao legislador, ter a humildade suficiente para perceber que quando faz uma lei, ela é, de facto, assim. É perfeitamente efémera, é perfeitamente passível de ser adaptada a realidades que mudam todos os dias. Isto é um bocadinho a minha perspectiva de algumas destas questões. Pode não ser a melhor, mas é a minha. Gostava que me ajudassem naquilo que é uma tarefa complicada; dure o tempo que durar é, de facto, uma tarefa muito complicada.

Conto efectivamente com as vossas críticas e sugestões.

